



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, é uma Secretaria nova, instituída em 11 de fevereiro de 2025, pela Lei 2832/2025, onde desempenha um papel fundamental e crucial na proteção e conservação dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade no município, planejando, desenvolvendo e executando ações relativas a política ambiental em parceria com órgãos da administração pública, onde a secretaria coordena a política de abastecimento do município, promove a educação ambiental, o treinamento e capacitação de grupos organizados da sociedade, planeja, organiza e executa campanhas de conscientização para a população sobre problemas ambientais.

As atividades da Secretaria incluem fiscalizações ambientais, vistorias vinculadas a Licenciamento Ambiental em âmbito Municipal, controle de práticas de poluição e diversas outras ações essenciais para a manutenção da qualidade ambiental. Para o desempenho eficaz dessas funções, é imprescindível a utilização de veículos adequados e em perfeitas condições.

A aquisição de um Veículo Zero KM tipo pick-up é imprescindível por diversos motivos. Dentre eles:

- **Confiabilidade e Segurança:** Um veículo novo oferece maior confiabilidade e segurança para os servidores da Secretaria durante as operações. A redução do risco de falhas mecânicas minimiza a possibilidade de interrupções inesperadas e garante que as atividades sejam conduzidas sem imprevistos.
- **Eficiência Operacional:** Veículos novos proporcionam melhor eficiência de combustível e menores custos de manutenção, permitindo que os recursos financeiros sejam direcionados para outras áreas essenciais da Secretaria.
- **Necessidade de Veículo Exclusivo:** A ausência de um veículo exclusivo para as atividades de fiscalização e vistoria compromete a eficiência das operações. A aquisição de um veículo exclusivo garantirá que os recursos sejam utilizados de forma otimizada e os serviços prestados com a qualidade necessária.



O Fundo Municipal de Meio Ambiente é destinado exclusivamente para a promoção e proteção ambiental e deve ser aplicado de forma a maximizar os benefícios para a preservação do meio ambiente. A aquisição de um veículo zero quilômetro está alinhada com este objetivo, pois:

- Aumenta a Eficiência das Ações Ambientais: Com um veículo novo e adequado, a Secretaria poderá aumentar a frequência e a qualidade das fiscalizações e vistorias, promovendo um ambiente mais bem monitorado e protegido.

Dada a importância da Secretaria na gestão ambiental do Município e a necessidade urgente de um veículo exclusivo para as atividades de fiscalização e vistoria, a aquisição de um veículo zero quilômetro é uma decisão estratégica e justificada. Utilizar recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente para essa compra é uma aplicação adequada e vantajosa, garantindo que as atividades da Secretaria sejam realizadas de maneira eficaz, segura e sustentável, com o objetivo de fortalecer as capacidades operacionais da Secretaria e promover uma gestão ambiental mais eficaz e responsável.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para a aquisição do veículo destinado a Secretaria, foi realizado um levantamento de mercado com análise das alternativas possíveis, visando identificar a solução mais eficiente e econômica para atender às necessidades.

Alternativas Consideradas:

Aluguel de Veículos

Vantagens: dispensa desembolso inicial elevado, inclui manutenção e seguro no custo mensal, reduzindo preocupações administrativas, permite maior flexibilidade na substituição de veículos, se necessário.

Desvantagens: custos recorrentes que, a longo prazo, podem exceder o valor de aquisição de um veículo, dependência de contratos com prazos específicos, podendo gerar descontinuidade no serviço em caso de vencimento ou falta de renovação, não gera patrimônio para o município, dificuldades para atender demandas específicas, como personalização e controle da disponibilidade do veículo.

Uso de Aplicativos de Mobilidade (ex.: táxi, transporte por aplicativos)

Vantagens: reduz custos com aquisição, manutenção, combustível e seguro, disponibilidade em diferentes localidades sem necessidade de gerenciar uma frota própria.



Desvantagens: impossibilidade de transporte de equipamentos ou materiais essenciais para as atividades da secretaria, dependência de disponibilidade de motoristas, especialmente em localidades rurais ou remotas, geração de custos recorrentes por quilometragem percorrida, tornando-se inviável para atividades que exigem deslocamentos frequentes, falta de controle sobre o estado e a segurança do veículo utilizado.

Aquisição de veículos

Vantagens: Controle total sobre a frota, a Secretaria terá total autonomia sobre a gestão da frota, incluindo manutenção, horários de uso e condições dos veículos, garantindo que atendam às suas necessidades específicas.

Economia a Longo Prazo: Embora o custo inicial de aquisição seja elevado, a longo prazo, a compra de veículos pode ser mais econômica, pois não há custos recorrentes de aluguel ou de pagamento de serviços de transporte por aplicativo.

Adequação às Necessidades Específicas: A aquisição permite escolher veículos que atendam exatamente às demandas da Secretaria, como capacidade de carga, transporte de materiais e equipes técnicas, além de possibilitar a adaptação de veículos, caso necessário.

Estabilidade e Planejamento: A Secretaria poderá planejar melhor suas necessidades de transporte, sem depender de fornecedores externos ou da variabilidade de custos.

A frota própria oferece maior previsibilidade nos gastos a longo prazo.

Patrimônio Municipal: Os veículos adquiridos se tornam patrimônio do município, podendo ser utilizados por muitos anos, o que representa um investimento duradouro para a Secretaria e para o município.

Disponibilidade Permanente: Não há riscos de indisponibilidade de veículos, como pode ocorrer com aluguel ou transporte por aplicativos, garantindo que os veículos estarão sempre prontos para uso quando necessário.

Desvantagens: Alto Custo Inicial é a principal desvantagem, é um investimento significativo para a aquisição de veículos, o que pode impactar o orçamento disponível.

Custo de Manutenção: A Secretaria será responsável por toda a manutenção da frota, o que inclui gastos com revisões, reparos, seguros e custos operacionais. Esses custos podem ser elevados, principalmente se os veículos forem mais antigos.

Depreciação: Os veículos adquiridos vão perder valor ao longo do tempo, o que pode representar uma desvalorização significativa para o município.

Gestão da Frota: A gestão e o controle da frota exigem recursos e pessoal especializado para garantir que os veículos sejam bem mantidos, usados de maneira eficiente e estejam sempre disponíveis quando necessário.



Considerando a análise das alternativas a aquisição de um veículo é a solução mais vantajosa e alinhada ao interesse público. Essa decisão promove a sustentabilidade econômica, fortalece a infraestrutura municipal e assegura a continuidade e qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos aos munícipes.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Não será parcelado tendo em vista se tratar de um único bem indivisível.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14.133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:

As quantidades estimadas para compra, levam em conta a necessidade do Município e as condições orçamentárias. Aquisição de 01 (hum) veículo utilitário tipo pick up.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Estima-se o valor da contratação em R\$ 170.990,00 (cento e setenta mil novecentos e noventa reais).

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em anexo ao processo.



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta para atender às necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos consiste na escolha da aquisição de um veículo novo, onde visa assegurar a eficiência, a segurança e a qualidade nos deslocamentos realizados pelos colaboradores desta secretaria para as fiscalizações e atendimentos aos contribuintes, garantindo um atendimento rápido e preciso.

A aquisição de um veículo exclusivo para a Secretaria é fundamental para melhorar a eficiência das operações de fiscalização ambiental. O veículo, tipo pick-up, será utilizado nas atividades de vistorias ambientais, fiscalização e monitoramento de áreas de preservação, possibilitando maior mobilidade e frequência nas ações de controle. O veículo deve possuir características adequadas para operações em áreas de difícil acesso, e capacidade para transportar equipamentos, materiais e pessoal em segurança.

Essa solução integrada visa não apenas melhorar a infraestrutura, como também a educação ambiental, mas também fortalecer as operações da Secretaria, garantindo uma gestão mais eficaz e sustentável do meio ambiente.

Com o suporte do veículo exclusivo, a Secretaria poderá ampliar sua atuação em áreas remotas, realizar inspeções com maior frequência e garantir uma preservação ambiental mais efetiva no município.

O veículo deve ser utilizado de forma adequada, respeitando as condições de uso do fabricante, realizar as manutenções preventivas e corretivas, respeitando as leis de trânsito.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Dos requisitos de entrega:

1. O veículo deve ser entregue com manual do proprietário, chave reserva e toda a documentação necessária para o registro junto ao Detran-PR.

2. Veículo entregue deve estar em conformidade com as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e ser zero quilômetro.

Devem incluir manuais de aplicação, correção e interpretação, quando aplicável.



4. Serviço de manutenção corretiva durante o período de garantia deve estar disponível em Dois Vizinhos ou municípios próximos, no máximo a 200 km de distância.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por



peçoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de entrega de 01(um) veículo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

- Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica: os licitantes devem apresentar experiência e a competência para entregar o produto licitado através de um atesto de capacidade técnica emitido por órgão públicos ou privados que por ventura a empresa já fez este tipo de venda. Esta qualificação tem por caráter reduzir riscos e falhas no cumprimento de prazos e padrões técnicos em virtude da experiência comprovada do licitante com o produto a ser entregue.



Da Dispensa da Qualificação Econômico-Financeira Para a presente contratação, opta-se pela dispensa das exigências de qualificação econômico-financeira, decisão amparada no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A referida norma legal faculta à Administração a dispensa de documentos de habilitação, no todo ou em parte, em contratações para entrega imediata, se enquadrando, portanto, na contratação em questão

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos



relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

A aquisição de um veículo automotor, ainda que necessária para a execução das atividades da Secretaria, pode gerar alguns impactos ambientais, entre os quais se destacam, a emissão de poluentes atmosféricos, o consumo de recursos naturais, a geração de resíduos ao final da vida útil e o ruído urbano. No entanto, priorizar-se-á a aquisição de veículos com tecnologias mais limpas, como motores flex ou com baixo consumo de combustível, reduzindo os impactos ambientais ao longo da vida útil do bem. A manutenção preventiva e corretiva do veículo será realizada de forma regular, visando reduzir emissões e prolongar a vida útil do motor e de seus componentes. No entanto, medidas mitigadoras podem ser adotadas para minimizar esses impactos, promovendo práticas mais sustentáveis no uso do veículo, como:

- Escolha de Veículo com Alta Eficiência Energética: Optar por um veículo com classificação energética positiva (selo A do INMETRO), garantindo menor consumo de combustível e redução das emissões de GEE.

- Uso Responsável de Combustíveis: Incentivar o uso preferencial de etanol, que é um combustível renovável e menos poluente, sempre que possível.

- Manutenção Preventiva e Regular: Realizar revisões periódicas dentro dos prazos estipulados pelo fabricante para garantir o bom funcionamento do motor, reduzindo emissões poluentes e maximizando a eficiência do consumo de combustível.

- Gestão Adequada de Resíduos: Exigir que as oficinas autorizadas responsáveis pelas revisões realizem o descarte adequado de resíduos, como óleos lubrificantes, filtros e pneus, conforme as normas ambientais vigentes.

- Conscientização dos Usuários: Treinar os motoristas e usuários do veículo para adotar práticas de direção econômica, como evitar acelerações bruscas e manter a velocidade constante, reduzindo o consumo de combustível e as emissões de poluentes.

- Planejamento de Deslocamentos: Organizar rotas e itinerários de forma a minimizar o número de viagens e o consumo de combustível, promovendo maior eficiência no uso do veículo.

- Compensação Ambiental: Sempre que possível, promover ações de compensação ambiental, como plantio de árvores em áreas urbanas ou rurais, para mitigar as emissões de carbono geradas pelo uso do veículo.

Embora a aquisição e o uso do veículo possam gerar impactos ambientais, as medidas mitigadoras propostas garantem que esses impactos sejam reduzidos de maneira significativa. A adoção de práticas sustentáveis e o compromisso com o



gerenciamento responsável do veículo demonstram o compromisso da Administração de Dois Vizinhos em equilibrar as demandas operacionais da Secretaria com a proteção ambiental e o bem-estar das gerações futuras.

Além disso, é essencial estabelecer um plano de logística reversa para o descarte adequado de peças e materiais, e capacitar os servidores sobre práticas sustentáveis, garantindo que a aquisição contribua para um desenvolvimento responsável no município

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, espera-se que com a aquisição do veículo, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos possa dar agilidade nos atendimentos das demandas da secretaria, garantindo uma melhor eficiência e eficácia nas atividades operacionais diárias, oferecer uma maior segurança e conforto durante os deslocamentos, uma maior capacidade de transporte de materiais e equipamentos que podem ser necessários em visitas técnicas, otimização dos custos de manutenção e a adequação às condições operacionais da administração pública.

A aquisição de um veículo novo para a Secretaria, permitirá uma fiscalização mais eficaz e frequente das áreas de preservação e das práticas ambientais no município. Com o veículo, a Secretaria poderá realizar inspeções em locais de difícil acesso e monitorar de forma mais eficiente o cumprimento das normas ambientais, garantindo um controle ambiental mais abrangente e uma resposta mais rápida a questões emergenciais. Isso resultará em um controle mais rigoroso sobre práticas de poluição e degradação ambiental, melhorando a proteção das áreas verdes e a gestão dos recursos naturais, contribuindo para a criação de um ambiente mais limpo e sustentável, e promovendo uma gestão ambiental mais proativa e eficaz, promovendo um impacto positivo e duradouro na preservação ambiental e na qualidade de vida dos cidadãos.

Pretende-se, com a contratação:

A - Maior eficácia no atendimento às demandas administrativas que, para seu cumprimento, dependam da utilização de veículo automotor oficial para atender as demandas desta Secretaria, bem como os usuários deslocar com adequada segurança e conforto a fim de desenvolver com qualidade sua missão, importando a melhor entrega à sociedade.

B - Redução de custos de manutenção junto a oficina, visto que o veículo novo não demandará ônus com manutenção e trocas de peças cobertas por garantia contratual, durante o período garantia;



C - Redução do consumo de combustíveis, em virtude de que veículos novos dispõem de tecnologia atualizada, com aumento de eficiência energética

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O fornecimento do objeto se dará em parcela única.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Não há necessidade de fiscal técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Neri Machado
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Marcio Shikasho
Fiscal Técnico:	Não se aplica
Suplentes:	Bruno Henrique Drun

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Para suprir a necessidade da aquisição do veículo, há a necessidade da contratação de seguro, revisão, combustível e lubrificantes.

**15. ALINHAMENTO COM O PAC**

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Essa aquisição, não está prevista no Plano Anual de Contratações de 2025, pois a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos é uma Secretaria instituída em 11 de fevereiro de 2025, a aquisição deste item é essencial para garantir a confiabilidade, segurança e eficiência das atividades de fiscalização ambiental. Um veículo novo permitirá que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, execute suas funções com maior regularidade, reduzindo falhas operacionais e custos de manutenção, além de assegurar o uso exclusivo do recurso em prol da gestão ambiental

Dessa forma, justifica-se a inclusão dessa aquisição no Plano Anual de Contratações de 2026, considerando sua importância estratégica para o fortalecimento das capacidades operacionais da Secretaria, com impacto direto na preservação dos recursos naturais e na promoção de um ambiente sustentável no Município.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

☐ Global

☐ Lote(s) de Itens

☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

☒ Bens e serviços comuns

☐ Bens e serviços especiais

☐ Serviço comum de engenharia

☐ Serviço especial de Engenharia

O objeto da presente contratação classifica-se como bem de consumo, conforme definição do art. 6º, inciso IX da Lei no 14.133/2021. O objeto é classificado como bens comuns, uma vez que possuem especificações usuais no mercado, não apresentam complexidade na definição de suas características, o que permite um edital com critérios objetivos.

Dessa forma, considerando que o item solicitado é padronizado, amplamente comercializados e com especificações técnicas uniformes, a contratação pode ser realizada por meio da modalidade de Pregão, nos termos da Lei no 14.133/2021, garantindo competitividade, eficiência e economicidade ao processo.



- () Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O objeto da presente contratação é um produto destinado a manutenção das atividades da secretaria, decorrentes de necessidades permanentes e prolongadas.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelos motivos:

- Baixo risco de descumprimento da proposta pelas concessionárias e montadoras.
- Pela natureza do objeto: transação direta de bem móvel, sem a necessidade de execução prolongada ou riscos financeiros complexos; e
- Facilidade de substituição do fornecedor, se o vencedor do certame desistir, poderá ser convocado o próximo classificado, nas mesmas condições estipuladas.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da aquisição de um veículo novo para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- (x) Pregão, (x) Tradicional () SRP
- () Concorrência, () Tradicional () SRP
- () Concurso



☐ Leilão

☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)

☐ Pré-Qualificação

☐ Procedimento de Manifestação de Interesse

Contratação Direta:

☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa

☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

☒ menor preço

☐ melhor técnica ou conteúdo artístico

☐ técnica e preço

☐ maior retorno econômico

☐ maior desconto

☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

☒ Aberto

☐ Fechado

☐ Aberto e Fechado

☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

☐ SIM

☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

☒ Recursos Próprios (FUNDEMA)

☐ Recursos Estaduais

☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 25 de agosto de 2025.

Neri Machado

Secretário de Meio Ambiente

e Recursos Hídricos